Sexta-feira, 27 de Maio de 2011 I Série -A — Número 2

DIÁRIO
da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014) 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 26 DE MAIO DE 2011

Presidente: Ex. mo Sr. Albertino Bragança
Secretários: Ex. mo Sr. Carlos Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 9 horas e 15 minutos.

A Comissão das Obras Públicas e Recursos Naturais, 4.ª Comissão, auscultou os Srs. Luís dos Prazeres, Carlos Neves e Celso Quaresma, respectivamente, Director Executivo, Director Comercial e Economista da Agência Nacional de Petróleo, sobre o processo de Licitação ocorrido na Zona Económica Exclusiva.

Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Rafael Branco (MLSTP/PSD), Manuel Marçal Lima (MLSTP/PSD) e Carlos Pinheiro (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 10 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente** (Albertino Bragança): — Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto **Pinheiro**
Cecílio Quaresma **do Sacramento**
Hélder Paquete Lima
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/ Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Deolindo da Mata
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Manuel **Marçal Lima**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino H. dos Santos S **Bragança**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director, Srs. Técnicos da Agência Nacional de Petróleo, Srs. Deputados, queria agradecer a vossa presença e dizer que este encontro tem a ver com o processo de Licitação na Zona Económica Exclusiva (ZEE), que tem levantado muita especulação, sobretudo, por dois factores.

O primeiro é o facto de haver só uma empresa aprovada no concurso, e o segundo tem levantado muitos problemas e tem a ver com o bónus de assinatura de 2 milhões de dólares, que estava muito longe das expectativas.

Esses dois pormenores fazem com que a especulação ande no ar. E, por conta disso, a 4.ª Comissão chamou os representantes da Agência Nacional de Petróleo para vir nos esclarecer, de forma mais alargada, sobre esses dois pontos relativos ao processo de Licitação.

Em relação aos Srs. Deputados, teremos que produzir um relatório final deste encontro.

Passo a palavra ao Sr. Director da Agência Nacional de Petróleo para nos dar os pormenores que necessitamos.

Tem a palavra o Sr. Luís dos Prazeres.

O Sr. **Director da Agência Nacional de Petróleo** (Luís dos Prazeres): — Sua Excelência Sr. Presidente da 4.ª Comissão, Srs. Deputados, bom dia.

Antes de mais, gostaria de dizer que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) foi convidada para vir cá prestar declarações, enquanto órgão do Estado. É esse o nosso dever.

Portanto, Sr. Presidente, houve aqui duas questões que foram colocadas: uma pelo facto de nesse leilão ter sido abjudicado somente um bloco para uma empresa e a outra questão é sobre o bónus de assinatura.

Se o Sr. Presidente me permitir eu faria uma introdução rápida do que foi o leilão, para situar melhor os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, para se fazer um leilão há várias etapas.

A primeira etapa, foi uma decisão tomada pelo Governo em 2009 de que o País iria fazer o seu primeiro leilão. Isso, logo à partida, se pressupunha que o Estado, nesse caso, através da Agência Nacional de Petróleo tinha que preparar o quadro jurídico-legal próprio para o leilão. Quer uma lei do petróleo, quer um regime fiscal para a área petrolífera, quer também o decreto-lei que criava a zona de exploração e os blocos petrolíferos, naturalmente o modelo de contrato e de partilha de produção, quer o documento que posteriormente seria o modelo de negociação entre o Estado e as empresas.

No caso do modelo de contrato de partilha de produção, isso já havia sido aprovado em Março de 2008 e todos os outros documentos só foram aprovados em 2009. Mas, devo dizer que paralelamente a toda essa situação, o País através do Governo e da Agência, fez a promoção da Zona Económica Exclusiva do próprio País em várias conferências, em vários fóruns internacionais, onde demos a conhecer aquilo que seria o leilão. Então, o Governo decidiu que o leilão deveria ser aberto em Março de 2010.

Portanto, foi numa cerimónia simultânea em São Tomé e em Londres - foi feita aqui na capital do País e também em Londres -, a abertura do leilão no dia 3 de Março de 2010 e que tinha como término o dia 15 de Setembro.

O novo governo que veio depois das eleições de Agosto é que decidiu alargar o prazo até o dia 15 de Novembro.

Mas, para se fazer um leilão, Sr. Presidente, como eu disse, é necessário haver o quadro jurídico-legal, mas também é importante haver os termos de referência do leilão.

Então, nesse caso, o que são termos de referência?

É o guia do investidor. São todos os documentos que constituem o pacote que as empresas devem ter acesso e depois apresentar a sua candidatura a Agência Nacional de Petróleo.

É sobre esse aspecto que eu iria falar, para responder a uma pergunta sobre o bónus de assinatura.

Temos aqui os documentos que foram colocados no nosso site, que foi organizado para o leilão e não só e também eram documentos que foram divulgados para toda indústria petrolífera e, no quadro desses documentos que faziam parte de termo de referência para o leilão, tínhamos quatro documentos fundamentais.

Tínhamos um documento que era o perfil da empresa e também a própria condição financeira da empresa.

Também havia um documento desse pacote, que era a proposta da empresa em termos comerciais. Um outro, era a proposta da empresa em termos técnicos, e outro que era a proposta da empresa em termos de política de protecção ambiental.

Devo dizer aos senhores que tínhamos um critério de avaliação, que foi aprovado pelo Governo e que estava disponível para todas as empresas.

Porque São Tomé e Príncipe está numa região de águas profundas e ultra-profundas, desde o princípio foi nossa decisão que o bónus de assinatura não seria o factor importante, para nós, o mais importante seria o programa mini trabalho.

O que é o programa mini trabalho na indústria petrolífera?

É aquela proposta que a empresa vem apresentar dizendo que irá fazer certos números de poços numa determinada fase de pesquisa, o montante de dados sísmicos que essa empresa irá fazer e também o que é muito importante é a empresa dizer quanto é que ela vai investir durante o período de pesquisa, que é de oito anos.

Isto é que era fundamental e só este aspecto tinha 50 pontos. Num universo de 100 pontos, só a parte técnica é que era fundamental e tinha 50 pontos e outra parte que era a parte comercial, que entra o bónus de assinatura valia 25 pontos.

Mas, devo dizer que só o item de bónus de assinatura e bónus de produção correspondiam a 7 pontos. Isto quer dizer o quê?

Para nós, o mais importante, no nosso caso em São Tomé e Príncipe, que estamos em águas profundas e ultra-profundas, que temos a necessidade de haver muita actividade petrolífera, porque é uma zona que chamamos na gíria desportiva de *«new frontier»,* uma zona nova. Portanto, para nós era fundamental haver actividade petrolífera. Porque bónus de assinatura para nós não era o mais importante.

Quando fizemos o leilão na zona conjunta, é verdade que tínhamos o mínimo de leilão, 30 milhões, mas na zona conjunta é outra realidade. A água é menos profunda que na ZEE e o próprio clima na altura quando se fez o leilão era diferente do nosso.

Portanto, aqui em São Tomé e Príncipe o nosso objectivo fundamental é que o País tenha actividade petrolífera na ZEE, porque havendo actividade petrolífera haverá muito mais investimentos.

Digo ao Sr. Presidente que não havia o mínimo de bónus de assinatura como no caso de leilão da Zona Conjunta e devo dizer que a Zona Conjunta foi um caso especial. Lembro-me que na altura estava em Abuja como director executivo e foi um caso especial que se estabeleceu um mínimo de 30 milhões.

Quando se faz um concurso de blocos internacionalmente nunca se estabelece o mínimo de bónus de assinatura. São as empresas que nesse caso oferecem o bónus de assinatura. Dentro da proposta que ela apresenta é que diz; oferece 5 milhões, 10 ou 20 milhões, e tudo isso tem uma pontuação que se dá. No nosso caso, o bónus de assinatura não era um factor importante, o importante para nós era o trabalho de actividade petrolífera na ZEE.

Não vou entrar agora em pormenor, devo dizer que das quatro empresas, não vou identificá-las aqui, porque isso foi uma avaliação técnica, isso é um documento que entrou, mas devo dizer que houve duas empresas, por exemplo, que não propuseram nenhum bónus de assinatura.

Houve a tal empresa «Orlando», isso já está na rua, é verdade, que propôs 2 milhões, houve outra empresa que propôs um pouco mais. Portanto, para nós o bónus de assinatura aqui não é importante.

É como alguns jornais que escreveram que é uma área muito grande com pouco bónus. São pessoas que não têm entendimento nenhum do que é indústria petrolífera. E, muitas vezes, há pessoas que têm acesso às informações, porque estão numa situação privilegiada de ter acesso a essas informações.

Damos as informações e quando vêm para a rua dizem precisamente o contrário, não sei com que objectivo, só essas pessoas é que sabem porquê que fazem isso

Portanto, Sr. Presidente da Comissão, para dizer que nós próprios na Agência estávamos a contar que possivelmente as companhias dariam bónus de assinatura não mais do que 5 milhões.

Para já, São Tomé e Príncipe está numa zona de águas profundas em que, digamos, os investimentos são extremamente elevados. É uma zona que não provou nada. Enquanto a zona da Nigéria, Angola e Gabão já provaram que têm petróleo. Poucas são as empresas que vêm e investem logo num bónus de assinatura grande.

Também é verdade que muitas vezes, essa foi uma experiência que houve na Nigéria na Zona Conjunta, havia empresas que davam 190 milhões de dólares. Muitas vezes essas empresas mais fracas que têm menos capacidade dão grande bónus de assinatura como forma de conseguirem blocos e depois é aquilo que dizemos na indústria: «sentam-se sobre os blocos e não fazem nada».

O que queremos aqui para o nosso país é que as empresas venham e comecem a trabalhar e que haja actividade, porque havendo actividade haverá mais investimentos.

Para dizer, Sr. Presidente, que isso de 2 milhões de dólares é uma coisa perfeitamente normal. Vários consultores que trabalharam connosco, tanto os do Banco Mundial como da Noruega e como o Sr. Presidente sabe, a Noruega é dos países mais transparentes, tem a melhor gestão em termos de gestão petrolífera no mundo e temos a sorte de nos últimos três anos termos uma parceria muito forte com a Noruega.

Mesmo toda essa documentação, tanto a Noruega como o Banco Mundial acompanharam de perto e isto aqui, modéstia a parte, devo dizer que temos referência feita ao nível mais *standard* e mais profissional possível. Isso todo mundo reconheceu, porque trabalhamos internamente e tivemos assessoria de grandes especialistas do Banco Mundial e também da própria Noruega.

Mesmo os nossos parceiros da Noruega diziam que nunca podíamos esperar um bónus de assinatura de mais de 4 ou 5 milhões, porque era perfeitamente normal. Para quem conhece a indústria petrolífera sabe que isso é perfeitamente natural.

Mas, compreendo que muita gente que não tem conhecimentos do que é a indústria e muitas vezes escrevem, dão entrevistas e falam de coisas que não sabem.

Isto é sobre a primeira pergunta, se houver outra pergunta sobre essa questão eu voltarei para responder.

Outra questão que o Sr. Presidente levantou, é qual é razão porque só um bloco foi adjudicado.

Como o Sr. Presidente sabe, inicialmente tínhamos interesse para seis empresas. Houve seis empresas que estavam interessadas. Houve duas empresas angolanas que inscreveram, mas, no entanto, no dia 15 de Novembro, que era o dia limite para a entrega, não entregaram as propostas. Depois escreveram a dizer que não tiveram tempo, que ficavam para outra vez.

Houve quatro empresas que fizeram a submissão das suas propostas. Temos uma empresa são-tomense que foi constituída para participar no leilão, a O.G. Engineering, a Flex Global, que é uma empresa britânica, mas de capitais árabes, e temos duas empresas nigerianas, uma é a Orlando Petroleum e a outra é a Overt Energy.

Essas empresas cumpriram todos os procedimentos, aquilo que estava estabelecido no termo de referência.

Quais eram os procedimentos para que a proposta fosse válida e aceite?

Primeiro, é que a proposta tinha que ser entregue até o dia 15 de Novembro, porque depois o Governo tinha que alargar o prazo para essa data.

A empresa tinha que apresentar um talão de depósito de 25 000 dólares pelo pagamento da sua participação.

É um valor *standard* no mundo, no JDE 25 000 é o valor que se utiliza. Esse valor tinha que ser depositado na conta da Agência Nacional de Petróleo.

Outro item importante é que tinha-se que apresentar a proposta em três cópias e acompanhadas de um CD com todas as informações num envelope devidamente selado.

As empresas cumpriram isso e foram aceites quatro empresas.

No dia 15 de Novembro foi o dia que terminou o prazo e só no dia 20 de Dezembro é que fizemos a abertura das propostas oficialmente, perante a Comunicação Social e convidamos o Sr. Presidente da 4.ª Comissão para estar presente.

Portanto, é uma coisa oficial, e nós próprios só ficamos a saber dos blocos que as empresas iam concorrer, naquele dia. Os envelopes estavam devidamente selados, como o Sr. Presidente reparou, abriu-se lá, e eu, enquanto presidente da comissão de avaliação e actor jurídico, e o secretário assinamos perante toda a gente todos os documentos. Foi lá naquela reunião que ficamos a saber quais eram as propostas das empresas para os blocos.

A *Flex Global* tinha-se candidatado somente para o Bloco II. A empresa *O.G.Engineering* que é uma empresa são-tomense tinha candidatado como primeira opção para o Bloco III, como segunda opção o Bloco II e como terceira opção o Bloco I

A empresa *Orlando Petroleum* tinha-se candidatado para o Bloco III como primeira opção e eventualmente como segunda opção o Bloco VI.

Enquanto a *Overt Energy* tinha-se candidatado para o Bloco VI, depois como segunda e terceira opção o Bloco III e VIII, respectivamente.

Porque era o dia 20 de Dezembro e estava-se já próximo de Natal e das festas, então só começamos a fazer análise das propostas depois da primeira semana de Janeiro. Portanto, é só um factor importante para dizer e é bom que se saiba, é que aqui a nível da Assembleia Nacional, as propostas quando entraram, foram guardadas num cofre grande que temos. Estão ainda guardadas até hoje. Esse cofre está no gabinete do Director Jurídico, mas quem tinha a chave é o Director Administrativo e Financeiro, precisamente para haver a transparência máxima e para que ninguém fosse lá ver.

Todos os pacotes das propostas estavam no gabinete do Director Jurídico num cofre que temos, que tem segredo e chave, mas que a chave fica com o Director Financeiro. Quando começamos a avaliação das propostas ninguém estava permitido a levar nada para a sala onde se ia fazer a avaliação.

Estavam lá todos os materiais preparados: esferográficas, lapiseiras e papéis e quando saímos ninguém podia levar nada, precisamente, para não se apontar e vir aqui para fora, ligar para empresa tal e dizer que a proposta é essa. Tivemos esse cuidado.

A chave da sala da reunião ficava comigo. Fizemos de maneira que fosse uma coisa mais transparente, mais correcta e mais profissional.

Importa aqui dizer, Sr. Presidente, que durante a avaliação das propostas dissemos ao Governo que gostaríamos de ter um consultor internacional, e isso foi feito.

Tivemos aqui connosco um consultor internacional que nos apoiou na avaliação das propostas, porque estamos em São Tomé e Príncipe, conhecemos o nosso país. Sendo só a Agência a fazer, se bem que a Agência tinha a competência para o fazer, mas achamos que era melhor termos um consultor aqui, uma pessoa independente. Esteve aqui connosco durante dias a fazer a avaliação das propostas, precisamente para dar mais credibilidade ao processo todo.

Ao nível da Agência fizemos única e simplesmente uma avaliação técnicoprofissional das propostas, baseada naquilo que eram os termos de referência que foram estabelecidos pelo leilão e também baseada nesse critério de avaliação.

Portanto, Sr. Presidente, no fim desta reunião podemos deixar-lhe com esses documentos para a sua consulta.

Fizemos a avaliação, levou algum tempo e depois fizemos um relatório final, que foi remetido ao Conselho de Ministros. Esse relatório, naturalmente, acompanhado das recomendações que a Agência Nacional de Petróleo fazia ao Conselho de Ministros, depois lá tomaram a decisão.

Mas, devo dizer aqui que o Governo não tomou a decisão imediatamente. Houve um relatório que fizemos, dissemos claramente aquilo que pensávamos, aquilo que deveria ser a abjudicação de blocos para esta ou aquela empresa. Naturalmente, que isto é um trabalho que é confidencial, porque é Agência/Governo. Desde que a Agência remeteu o relatório para o Governo ele passa a ser documento do Governo.

Eu soube porque acompanhei de perto e o próprio Governo fez aquilo que se chama de *due diligence*. O Governo contactou alguns países em que algumas empresas estão a operar.

Uma empresa, muitas vezes, pode apresentar uma proposta muito bonita, que ela tem capacidade financeira, tem isso, tem aquilo, mas muitas vezes ela pode ter problemas de fisco lá no país onde ela está a operar. Pode ser uma empresa que tem problemas com o governo daquele país, tudo isso é fundamental. E eu soube que isso foi feito pelo Governo e tanto mais que numa dada altura houve duas empresas que o Governo chamou para discutir. Estive presente naquela reunião. Foi a *Flex Global* e *Orlando Petroleum,* em que o próprio Sr. Primeiro-Ministro quis ouvir da empresa, colocando uma série de questões sobre o perfil dessas empresas.

Posto isto, toda a decisão, a partir desse momento, foi do Governo, que decidiu abjudicar o bloco a *Orlando Petroleum* que é uma empresa Nigeriana, que na indústria chamamos de empresa independente, é uma empresa média. Mas, é uma das empresas que está bem situada na Nigéria. Ela está em quase todo o Golfo da Guiné; está na Guiné Equatorial, tem cerca de quatros blocos na Nigéria, está na Costa de Marfim, na Libéria, no Senegal onde conseguiu blocos há pouco tempo e é operadora, praticamente, de 14 blocos e é das empresas independentes, que tem sido séria.

Tem sido séria e tem cumprido e lá onde ela não tem muita capacidade vai buscar grandes parceiros técnicos. Na Libéria, por exemplo, ela tem bloco com uma empresa russa *Lucoi*, que é uma das melhores empresas do mundo, também tem parceria com a *Chevron* em alguns blocos. Portanto, é uma empresa que está em muitos países, tem um grande conhecimento da zona e o Governo decidiu abjudicar só um bloco.

Também devo dizer que isso de um bloco ser ou não abjudicado é uma decisão política do Governo. Podia dar-se o caso de o Governo anular todo o leilão.

Uma vez em 2007 na Guiné Equatorial, houve um leilão em que o Governo daquele país decidiu anular todo o leilão.

Como podia dar-se o caso também de o Governo ter abjudicado todos os blocos. Temos experiência da Zona Conjunta, em 2003 quando foi feito o primeiro leilão da Zona Conjunta foram colocados no mercado nove blocos, mas o Conselho de Administração Conjunto só abjudicou um único bloco. Portanto, é uma decisão política do Governo. Porque para além do aspecto técnico que a Agência faz, há, certamente, outros contornos políticos que o Governo pode tomar.

Isto é para dizer que é uma decisão do Governo, claro está, que o próprio Governo chamou a Agência algumas vezes depois de ela ter submetido o relatório. Fui chamado, pelo menos umas duas vezes, houve questões que o Governo colocou, expliquei tecnicamente, o Governo apontou e tomou a decisão de fazer a abjudicação de só um bloco.

Sr. Presidente, de momento fico por aqui, se eventualmente houver outras perguntas darei resposta.

O Sr. **Presidente**: — Acabamos de ouvir a exposição feita pelo Sr. Director da Agência Nacional de Petróleo.

Sr. Director, umas das razões que terão levado a estranheza, pelo menos, em relação a esse leilão é o facto do comunicado da Agência Nacional de Petróleo, aquele que tornou público os resultados do concurso, não se fazer qualquer menção ao montante do valor do bónus de assinatura, e as pessoas estavam à espera.

Sabe que a curiosidade popular vai no sentido do montante de bónus de assinatura e no comunicado nem se falava. O que saiu na internet foi só anunciada uma empresa do leilão e não se falava do valor do bónus. Isso estranhou as pessoas.

Não sei se é prática ou se foi uma excepção em relação a este concurso.

Mas, passo a palavra primeiro aos Srs. Deputados depois o Sr. Director responderá a tudo.

Tem palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria felicitar a Agência Nacional de Petróleo pelo empenho e profissionalismo demonstrado ao longo de todo esse processo.

Visto de fora parece fácil, mas lidar com um leilão num país como o nosso exige muito profissionalismo e muita integridade.

Em segundo lugar é sobre esta audição. Queria felicitar a Comissão por ter criado a ocasião para esta audição, para o esclarecimento desta questão, mas não na perspectiva de que, normalmente, fazemos essas audições para colocar em cheque ou levantar conflitos.

Acho que esta audição pode ter um efeito muito benéfico, que é , de uma vez por todas, clarificar essa situação, porque as pessoas não se dão conta do mal que fazem ao país, quando fazem algumas declarações.

Quero que isso fique registado, enquanto Deputado, acho muito mal que um membro do Conselho de Administração da Agência Nacional de Petróleo, que está em posição privilegiada, que pode conhecer tudo que quer, venha a rua lançar dúvidas sobre o leilão, sobre a sua transparência. Não pode ser, as pessoas têm de fazer escolha, ou querem ser dirigentes do sector de petróleo, então, têm responsabilidades, há um código de trabalho e de ética que devem obedecer ou então, são comentaristas políticos ou o que forem, mas não podem fazer as duas coisas.

Quero deixar essa posição muito clara e solicitar a Agência que essa situação fique clarificada.

Porque, Sr. Presidente, não sei qual é a ideia que temos de governos, está tudo deturpado. Num país com tanta dificuldade como São Tomé e Príncipe está, qual é o governo maluco, doido, que não gosta do País, que ia dizer; olha, podemos ter um bónus de assinatura de 10 milhões, não queremos ficar com um bónus de assinatura de 2 milhões. Não faz sentido.

O Governo quer sempre mais. Podemos pensar tudo que quisermos do Governo, mas isso, não imagino um governo a ter um recurso que pode receber mais e dizer que recebe menos.

Portanto, a ideia de que 2 milhões é irrisório tem dois problemas.

Primeiro, é pensar que os governos estão cá para prejudicar o povo. Quem ler aquilo que se escreveu ali nos jornais pensará que este governo quis fazer mal ao povo recebendo só 2 milhões quando podia ter recebido não sei quantos milhões. Essa ideia tem de ser combatida.

Em segundo lugar, é ignorância pura e aí o Sr. Director da Agência Nacional de Petróleo deu as explicações que penso serem convincentes.

São Tomé e Príncipe ainda não descobriu nenhuma gota de petróleo e enquanto não tivermos uma descoberta e não reunirmos dados suficientes para atrair empresas, não vão dar bónus de assinatura altos.

A nossa região é de alto risco em termos de petróleo. O primeiro risco geológico. Não se conhece bem a geologia do nosso país e é precisamente aquilo que a Agência fez, pôr ênfase no programa do trabalho é que vai permitir termos informação suficiente para nossa área e para depois atrairmos empresas de maior vulto e mais empresas.

Além desses riscos geológicos, as empresas calculam o risco político que tem que ver com a situação económica do país. Agora, imaginem que sou uma grande empresa e quero participar no leilão de São Tomé e Príncipe e oiço dizer na imprensa, em todo o sítio que há grupos na sociedade que querem anular o leilão.

Sou uma empresa séria e digo: Alto aí!

Não são só os 25 000 dólares que as empresas pagam para participar no leilão. Têm de estudar dados, há equipas a trabalhar nisso e custa dinheiro e então elas pensam duas vezes antes de participarem num leilão num país onde há um grande risco geológico, e ainda há possibilidade de chegar ao fim, e grupos na sociedade a desencadearem um movimento para anular o leilão.

Só estamos a fazer mal a São Tomé e Príncipe. As pessoas aparecem como defensores do povo de São e Príncipe quando estão a fazer mal e estou a dizer isso com um sentimento muito sério, estão a fazer mal ao país, por razões que não entendo. Sinceramente!

Não entendo porque as pessoas podiam pedir explicações. Outra coisa que está entrelinhas nesse concurso é que o Estado/Governo não protege as empresas nacionais.

Meus senhores, é preciso também clarificar isso de uma vez para sempre. O papel de Estado não é dar recursos do Estado porque a pessoa tem o cartão de identidade nacional. As empresas têm que ter

competências e têm que reunir critérios mínimos para ter acesso a isso. Porque é que qualquer um de nós não mete um papel para receber parte de um bloco?

Porque há critérios que orientam a concessão desses blocos. Não é qualquer pessoa que vai. Quando o nosso interesse não é satisfeito lançamos dúvidas, primeiro, sobre os profissionais, que em toda a sua vida deram prova de integridade e depois lançamos dúvidas sobre todo um processo.

Não vejo nada nesse leilão que não tivesse sido transparente.

O Sr. Presidente fez agora uma classificação e aí acho que há alguma razão, porque devia-se dizer com toda a abertura o montante de bónus e acho também que o Governo deveria ter vindo ou devia ter orientado a Agência a dar a explicação necessária.

Porque quando não se dá explicação, abre-se o campo a toda especulação.

Portanto, o meu voto, Sr. Presidente, espero que essa vinda da Agência para aqui seja um motivo para credibilizarmos esse processo. Para darmos confiança a esse processo e não para continuar a lançar dúvidas, porque choca.

Falo assim em causa própria por outras razões, mas acho que nesse processo o que devíamos fazer é legitimá-lo, garantindo a sua transparência. Nós, os Deputados temos muitas razões, temos muitas coisas para cairmos em cima do Governo. Eu, pessoalmente, tenho, mas uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Trata-se de interesse vital para São Tomé e Príncipe. E quanto mais cedo as empresas começarem a fazer pesquisas aqui, mais probabilidades nós teremos de ter petróleo um dia em São Tomé e Príncipe.

Não é com essas acções. Essas acções que estou a ver são para descredibilizar e aumentar o risco de investir o país e para nos deixar mal no médio e longo termo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais intervenções?

Não havendo, passo a palavra ao Sr. Director de Agência Nacional de Petróleo.

O Sr. **Director de Agência Nacional de Petróleo**: — O Sr. Presidente já tinha levantado a questão de quando se fez o comunicado. É só para informar que foi uma decisão do Conselho de Ministros e que a Agência recebeu instruções precisas para fazer o comunicado na imprensa e que fosse divulgado imediatamente.

Portanto, o que fizemos, foi aquilo que veio numa resolução do Venerando Conselho de Ministros. Transcrevemos aquilo em português e inglês e transmitimos.

Efectivamente, como diz o Sr. Deputado Rafael Branco, essa é uma questão que devíamos realmente colocar, mas é que, digamos, houve aquela preocupação só de cumprir a decisão que veio do Governo e não pusemos 2 milhões.

Porque achamos que não era uma coisa muito relevante. Hoje estou na Agência, isso de bónus de assinatura não era um item importante e tão relevante para nós ou o importante era para divulgar imediatamente o resultado de leilão que entregamos que já havia passado quase dois meses e meio e estávamos preocupados com isso, e não o fizemos.

Por outro lado também é que a nossa gente pensa que o bónus de assinatura é tudo no leilão. O bónus de assinatura não é nada, é simplesmente para um pagamento. É uma tranche que a empresa faz para ter o direito de começar a fase de pesquisa. Inclusive, é um pagamento que não é dedutivo, inclusive.

O mais importante mesmo é aquilo que vem depois. São, digamos, os grandes investimentos. Quer dizer o número de quilómetros de sísmica que a empresa vai fazer. Nós temos sísmica, digamos, de duas dimensões na Zona Económica Exclusiva.

Qualquer empresa, a Orlando, por exemplo, ela vai ser obrigada a fazer aquisição sísmica de três dimensões. É obrigada e ela tem que fazer isso! Ela tem que dizer o montante que vai investir na primeira fase. Que tipo de trabalho vai fazer. Isso para nós é que é importante, porque quanto mais houver actividade petrolífera em São Tomé e Príncipe, haverá mais investimentos e isso irá abrir portas para que outras empresas possam vir.

Temos exemplos que houve empresas, quando foi o primeiro leilão na Nigéria. Estou a lembrar-me de uma empresa como a Conoil que ofereceu cerca de 180 milhões. Toda a gente sabia, à partida, que essa empresa não tinha capacidade, que ela ia só «sentar no bloco», como se usa na gíria da indústria petrolífera. É verdade!

A nós nos interessa uma empresa que dá, por exemplo, 5 milhões, mas que vem logo a seguir com todos os materiais e começa a trabalhar.

Quando uma região está em actividade petrolífera, ela atrai outros tipos de investimento. Era isso para nós que é mais importante.

Aqui a nossa gente ficou preocupada com aquela cerimónia em Outubro de 2003, quando se fez a abertura oficial, com pompa e circunstância, do bónus de 123 milhões.

Isso ficou na cabeça das pessoas que a coisa mais importante é o bónus de assinatura. Temos um exemplo da Chevron Texaco que pagou 123 milhões do Bloco I e depois gastou mais 37 milhões e abandonou o Bloco I. Hoje a «Total» é que adquiriu os direitos. Quer dizer, o bónus de assinatura não é nada. A nossa gente tem isto na cabeça. O Sr. Deputado Rafael Branco disse e bem que se devia fazer mais

esclarecimentos, mas nós aqui somos órgão do Estado e cumprimos aquilo que está estabelecido pelo Estado.

De qualquer maneira, o convite da 4.ª Comissão é extremamente importante, porque nos permite explicar o que aconteceu realmente. Outra coisa Sr. Presidente, se me permite, vou fazer também a referência sobre aquilo que disse o Sr. Deputado Rafael Branco.

Houve uma certa empresa que por ser empresa nacional, foi a que fez mais confusão, passo a expressão. Disseram que por ser empresa nacional o Estado não deu preferência. Quer dizer, a indústria petrolífera é uma indústria extremamente cara, estamos na zona de águas profunda, onde, digamos, só a perfuração de um bloco, neste momento, o cálculo que temos de há dois meses atrás, fica por volta de 70 milhões de dólares.

Só um cálculo! E que uma empresa pode vir fazer a perfuração e depois de três meses achar que é um poço seco e vai-se embora. Perde-se 70 milhões. É a média neste momento.

São coisas muito sérias! O Governo não pode dar o bloco a uma empresa só porque ela é nacional. Porque temos na nossa lei de petróleo, a Lei-Quadro das operações petrolíferas, artigos 56.º, 57.º e 58.º que fala sobre o fomento do empresariado são-tomense e que está bem claro.

Há várias maneiras para participarem. Temos empresas que prestam serviços quando houver produção, porque isso de empresas de pesquisa e de produção é uma coisa complicada. Mesmo países como a Nigéria que explora petróleo há 60 anos, têm empresas pequeninas. Houve empresas que só constituíram para participar nesse leilão.

Temos aqui o termo de referência, vamos deixar esses documentos para o Sr. Presidente. O termo de referência diz que as empresas têm que preencher e isso tem pontuação. Qual é a experiência da empresa? Quantos blocos que a empresa já vem explorando? Se está na fase de pesquisa. Se está na fase de desenvolvimento. Se está na fase de produção em terra, águas profundas, águas rasas, e tudo isso.

Houve empresas, não vou agora entrar em pormenor, que pegamos e que só tinha zero, zero, zero. Não vou dizer a empresa que é. A Agência tinha que fazer a avaliação numa base proporcional. E foi isso que aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Carlos Neves.

O Sr. **Director de Administração e Relações Públicas de ANP-STP** (Carlos Neves): — Sr. Presidente, era apenas para complementar um pouco a informação que foi dada pelo Sr. Director Executivo.

Mas antes queria agradecer em meu nome pessoal, porque o Sr. Director já o fez em nome da Agência, esta audição que estamos a ter para poder esclarecer esses aspectos.

Também nos sentimos um pouco tocados com uma certa campanha de desinformação que tem sido feita por alguns compatriotas nossos e que de alguma forma podem pôr em causa a idoneidade dos técnicos da Agência Nacional de Petróleo.

Quero agradecer as palavras do Sr. Deputado Rafael Branco que de forma clara veio clarificar também alguns aspectos do trabalho da Agência e do leilão, para que esta questão possa ser vista de forma desapaixonada, sem critérios de natureza política, porque ela tem muito pouco de político.

Este leilão é basicamente técnico como, disse o Sr. Director. tivemos assessoria ao longo de anos. Esse leilão foi preparado não por esta equipa que está aqui, mas ele foi preparado durante anos. Todo o pacote legislativo directamente ligado ao leilão e outro complementar que foi feito em termos da indústria petrolífera, tudo isso é um somatório de mais de dez anos que nos permitiu chegar aonde chegamos.

Ter hoje um bloco adjudicado parece ser uma grande vitória para São Tomé e Príncipe, na medida em que o nome do nosso país é hoje falado na indústria petrolífera e chama um pouco a atenção das pessoas para esta área e que pode levar à vinda de novas empresas.

Mas a informação complementar que eu queria fazer tem a ver com esta questão dos 2 milhões do bónus de assinatura. Não termos divulgado o valor do bloco, pode ter sido bom, pode ter sido mau. Porque fica um pouco na ideia das pessoas de que o valor de bónus de assinatura corresponde a uma venda do território nacional. Não é isso!

O bónus de assinatura é apenas um primeiro passo do pagamento de uma concessão e não de uma venda. Vi no jornal há dias que até se quantifica a área do bloco. Acho que tem 4 000 e tal km ^{2}, e então, faz-se a conta e divide-se por 2 milhões o que corresponde a não sei quantos dólares por km ^{2}. Quer dizer, partindo de quem parte, até é mais grave e é uma ideia completamente falsa.

Um bónus de assinatura, como disse o Sr. Director, é apenas um sinal de empenho da empresa e podia não ter dado nada, os outros factores pesaram muito mais. É um primeiro passo, porque adjudicado o bloco, vamos ter agora que negociar com a empresa um contrato, que é o chamado PEC (Contrato de Partilha de Produção).

Neste contrato as cláusulas a que se obriga a empresa e o Estado são muito claras. A empresa vai ter etapas, vai ter aspectos a cumprir e se ela não cumprir aquilo que estiver no contrato é evidente que ela perderá o direito ao bloco. Não é isso que gostaríamos que acontecesse. Gostaríamos que ela avançasse e que pudesse entrar numa fase de prospecção e de produção. É isso, talvez, que as pessoas desconhecem e

que teremos, eventualmente, de encontrar formas de passar essa ideia à população para que ela entenda que o leilão não é aquela venda do território nacional por X ou Y.

O Sr. **Presidente**: — Era só para dizer que em todo esse processo chegamos à conclusão de que faltou a comunicação. As pessoas estão muito atentas ao dossier petróleo e com muita expectativa. Por isso mesmo, quando se fala de bónus de assinatura já acham que é um primeiro passo para responsabilização da empresa que concede esse bónus.

Por isso a Agência Nacional de Petróleo podia publicar folhetos em linguagem muito simples. Tudo o que ouvimos aqui hoje é de extrema importância e é uma forma de fazer chegar isso às pessoas, de forma muito fácil.

Já que estamos com a Agência Nacional de Petróleo, depois desse concurso ouvi a notícia na *Internet* e também no *Téla-Nón*, até tenho aqui o texto comigo. houve 55 comentários.

Creio que 90% desses comentários eram completamente derrotistas. Uma coisa incrível!

Dizia-se que era um processo que está morto, que isso provava que o processo faliu e que não valia a pena acreditar nessa questão de exploração de petróleo. De maneira que eu queria perguntar ao Sr. Director de Agência Nacional de Petróleo que expectativas efectivamente se levantam nesse processo de exploração de petróleo?

Há um desânimo já muito acentuado na população, há um descrédito. Quero vos dizer que esse processo foi lançado no governo em que eu fui Ministro da Educação, no governo de MLSTP/ PCD de 1996 a 1999. Na altura, em 1997, quando se deu início ao processo dizia-se que só em 2002 é que podíamos ter a exploração efectiva de petróleo. Toda a gente dizia: — Cinco anos?!

Eu era um deles! Eu próprio estava longe de pensar que em 2011, portanto, mais de 12 anos depois, que estaríamos agora no ponto em que estamos. Isso tem levantado alguma decepção e desânimo.

Gostaria que o Sr. Director nos pudesse dar uma ideia de como é que está efectivamente a questão de petróleo, e que expectativas se levantam perante isso. Dava-nos uma notícia daquilo que se passa no Zona de Exploração Conjunta em relação aos blocos que já tinham sido leiloados e entregues às empresas petrolíferas.

Fala-se muito pouco daquilo que se passa ao nível dessa zona, mas é preciso reanimar os ânimos em relação a essa questão da exploração petrolífera.

Tem a palavra o Sr. Director da Agência Nacional de Petróleo.

O Sr. **Director da Agência Nacional de Petróleo**: — Sr. Presidente, estou ligado a esse problema há quase nove anos. Portanto, é outra actividade da minha vida em que entrei e aquilo que conheço um pouco hoje da indústria, creio que há expectativas e temos que continuar a tê-las expectativas.

É que essa questão de petróleo, não sei se o Sr. Presidente se recorda, na semana passada quando esteve aqui uma delegação de Timor-Leste e quando o Sr. Secretário de Estado saiu de um encontro com o Sr. Primeiro-Ministro, ele disse que assinaram um memorando de entendimento onde São Tomé e Príncipe não dá, porque essa coisa de petróleo é muito lenta e que não sei se repararam.

Ele disse que isso leva tempo e não sei o quê, mas vão fazer os possíveis. Porque isso é um processo que leva tempo. Por exemplo a própria Nigéria que já produz o petróleo desde 1959, levou quarenta e tal anos a fazer pesquisa. É claro que naquele tempo a tecnologia não era a mesma de hoje. Mesmo hoje que temos uma tecnologia mais avançada, quer dizer, mesmo em terra, que é a coisa, talvez, mais fácil, ainda leva cinco a seis anos.

Creio que o problema que temos aqui no nosso país, e como cidadão, eu diria que a nossa classe política numa dada altura é que exagerou um pouco. Criou expectativas no povo dizendo em todas as campanhas que se ganhassem as eleições fariam isso e aquilo com o dinheiro do petróleo.

Criou-se expectativas quando se estava no princípio, por volta de 1975/1977. Neste momento temos um quadro jurídico-legal estabelecido na ZEE. Toda a gente tem nos dito que é das melhores legislações que existe em África. Esteve aqui o Chefe do FMI há seis meses, que disse num encontro, que o seu país, Uganda, também está a começar agora. Ele disse que temos legislação que Uganda e Ganda não têm.

Temos um documento que é estratégia do sector petrolífero. A primeira coisa que a Agência Nacional de Petróleo fez foi criar uma estratégia. A nossa estratégia é que serviu de referência para o Uganda. O próprio senhor que trabalhou connosco no gabinete de petróleo, um norueguês, pediu autorização para se apoiar no nosso documento. Nós aceitamos, porque para nós é bom, é sinal de que temos uma estratégia boa. Quer dizer, isso é um processo que leva tempo. Na Guiné Equatorial começou há nove anos, mas a Guiné Equatorial já vinha lidando com esta questão há mais de nove, dez anos.

Nós aqui somos assim, é a forma de ser dos são-tomenses, tudo que estamos a discutir temos que pôr imediatamente na praça pública. Às vezes as coisas do Estado têm que ser discutidas logo. Hoje, as pessoas dizem que isso não vai dar nada e não sei quê. Mas também deixe-me dizer Sr. Presidente, isso é por causa das pessoas que fizeram notícias. Porque a forma como as notícias foram passadas no Téla-Nón é que originaram todos esses comentários.

Mesmo o Sr. Abel Veiga, que trabalha na RTP-África, ao lado da Agência do petróleo, falamos com ele, explicamos-lhe as coisas. Quando ele passou a notícia, fez completamente o contrário. Ele só passou aquilo que ele pensou.

Houve grandes empresas e estávamos convencidos que teríamos, pelo menos, uma ou duas grandes empresas. Havia uma empresa chamada «Tuloi», uma empresa irlandesa, que hoje é média, mas está a subir na indústria, foi a única empresa que comprou todos os dados da ZEE, e outras empresas estavam interessadas. O Sr. Presidente sabe que o prazo do nosso leilão era para Setembro e que, normalmente, as empresas petrolíferas tomam decisão nas últimas quatro semanas. Eles tomaram decisão e criaram uma equipa de trabalho. Mas quando a Associação dos Economistas faz um comunicado, em Agosto, pondo em causa todo o processo, a ordenar que todo o processo fosse anulado, recebemos e-mails de quase todo o mundo a perguntar o que é que estava a acontecer.

E estamos convencidos, por aquilo que pudemos constatar, estive depois numa conferência, em Novembro do ano passado, em África do Sul, estamos convencidos de que as grandes empresas pensam duas vezes, isso porque essas empresas são muito legalistas, estão nas bolsas e elas não entram num país onde há instabilidade. Depois essas empresas respeitam muito a sociedade civil. Quando a sociedade civil diz que dentro do país há corrupção, eles não vêm.

Isso prejudicou-nos. Como disse o Sr. Deputado Rafael Branco, as pessoas têm feito muito mal a São Tomé e Príncipe. Não sei com que propósito. Só elas é que poderão dizer publicamente. Mas têm feito muito mal, particularmente, quando temos alguém que é membro do Conselho de Administração da Agência Nacional de Petróleo, que tem acesso a todas as informações, porque ele é membro e tem função e quando escreve para o jornal, escreve precisamente o contrário.

É para dizer ao Sr. Presidente que as expectativas continuam. Por exemplo, na Zona Conjunta está muito mais avançada, a Total está empenhada, porque está num bloco que está a 80 km do Bloco I na Zona Conjunta, que é um dos melhores campos do Golfo da Guiné. Eles estão interessados. Essa informação não foi divulgada para o mundo lá fora, mas eles prevêem que até 2013 a 2014, eventualmente, poderão tirar o primeiro barril.

Eles têm informações que pensamos que a Chevron não tinha. Vão usar a mesma estrutura. Portanto, quer dizer que há alguma expectativa. E aqui ao nível da ZEE estamos a começar agora. Agora sim, é que estamos a entrar com leilão, com adjudicação e brevemente vamos começar as negociações com a empresa «Orlando». Portanto, é todo um processo que virá.

Para dizer, Sr. Presidente, há expectativas, mas enquanto houver essas coisas no meio, … vamos sempre informar um pouco sobre o processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Marçal Lima.

O Sr. **Manuel Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Director, independentemente de toda a precaução que temos sobre a transparência, boa governação dos nossos trabalhos que dê garantias que essa riqueza vai ser devidamente enquadrada no nosso país, o que eu quero saber é se jorrará petróleo no nosso território.

Mas como disse já que a expectativa é boa, compreendo que haverá. Mais cedo ou mais tarde teremos petróleo.

E também há um problema que temos, que não é só na Agência Nacional de Petróleo em São Tomé. De vez em quando nós mesmos, muitas vezes, por interesse pessoal ou de grupos fazemos mal ao nosso país.

Não sei se isso é feito sem intervenção de cima. Mas é verdade que vejo sistematicamente que ninguém consegue dar passos gigantes no nosso país fazendo coisa boa. Há sempre um grupo que estraga os trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, eu pude entender que o Sr. Director da Agência está muito preocupado e aflito com as críticas que têm feito em relação a todo esse processo, apesar de ter cumprido rigorosamente os procedimentos para fazer o leilão desses blocos.

Mas julgo que por mais que o senhor possa continuar a fazer, e com bom sentido, só Agência Nacional de Petróleo não vai conseguir passar a transparência total que esse processo justifica.

O que é que acontece? A lei prevê outras instituições que possam também fiscalizar e credibilizar o processo. Não sei se a comissão de fiscalização está a funcionar. Se existe ou se não existe. Porque certamente essa fiscalização jogava um papel importante também na defesa de todo esse processo.

Haveria nessa comissão ONGs que podiam antecipadamente passar informações a sociedade civil, esclarecer como é que todo o processo tem sido feito e garantir assim a transparência e defender a Agência Nacional de Petróleo e seus técnicos envolvidos em todo esse processo de especulações.

Enquanto essas instituições não forem criadas e estarem a funcionar, teremos esses tipos de problemas. Por mais que possamos fazer no sentido de tirarmos o melhor proveito de todo esse processo.

Repare, este é um negócio do Estado, mas o recurso é do povo. O povo quer saber o quê que está a acontecer.

Entendo que a lei prevê algum secretismo, mas há informações que têm que ser divulgadas o máximo possível, para que não haja esse tipo de comportamento social.

Há pessoas que nem sabem patavina disso e estão a fazer comentários ridículos.

Temos que fazer a parte de sensibilização de forma que o processo de transparência seja mais efectivo.

Julgo que se não fizermos funcionar todas essas instituições, acredito que nos próximos processos seremos alvos de crítica, seremos alvo a abater.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é preciso recordar que esse processo de criação da comissão de fiscalização é um processo que passa pela própria Assembleia Nacional. Aliás, estava já em fase adiantada, mas pôs-se em causa a constituição do grupo da comissão, que era extensa em número de elementos.

Mas é um processo que nós próprios da 4.ª Comissão devemos fazer tudo para acelerar. Em todo o caso, em matéria de informação de todo o processo petrolífero, temos o GRIP, que ouvimos aqui, está criado, mas é preciso que o GRIP cumpra o seu papel, divulgando, informando e, claro, somos parte deste processo de informação, na medida em que o GRIP está próximo da Assembleia Nacional.

Temos que fazer tudo no sentido de contribuir na divulgação do processo em sintonia com a Agência Nacional de Petróleo e outros organismos ligados ao processo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho duas questões, mas aproveito para fazer um comentário. É evidente que a comissão de fiscalização está criada por lei e devíamos esforçar para que ela funcione.

Mas, não tenhamos dúvida que essa comissão não vai resolver esses problemas, porque algumas pessoas que falam disso, se falam mal, não é por não saberem. Essas pessoas sabem e no entanto falam mal.

Deve haver poucos países no mundo onde a questão de petróleo é tão falada como em São Tomé e Príncipe. Fizemos debates, corremos o País, foi na altura da lei das receitas petrolíferas. Acho que o Dr. Carlos Neves estava na Assembleia. Correu-se todo o País a falar do petróleo, a explicar tudo.

Normalmente, quando uma notícia está na imprensa, fala-se. Não é por falta de informação. Devemos informar, mas como vimos nesse caso do leilão, talvez pudesse ir um pouco mais longe. Mas o problema não está em falta de instituições, temos instituições aqui no País.

Na semana passada ouvimos o Tribunal de Contas a dizer que o Tribunal Constitucional não está a fazer seu trabalho, está a prejudicar. Há instituições, mas mesmo assim há por parte de alguns sectores da nossa sociedade a vontade de denegrir.

Isso vai mais longe. Estamos a falar de petróleo e espero que na Zona Conjunta, no Bloco I há de haver petróleo, mas vamos ter problemas quando as pessoas começarem a ver o petróleo a sair, esquecerão que numa primeira fase 80% do petróleo que irá sair não virá para o País. Irá para as empresas que gastaram biliões para o explorar.

Aconteceu num país de África. A população reclamou que o país está a produzir petróleo, mas que continuam pobres, porque o dinheiro não está a entrar no país. Se não houver maturidade na classe política, nas pessoas, nos cidadãos haverá sempre um pretexto para nós. Não quero me isentar. Não vamos dizer que estamos aqui a falar de uma situação objectiva, há, de facto, em África e noutros países do mundo, situações em que os governos e os decisores políticos ficam ricos à custa do povo. É preciso não tirar isso da questão, mas temos que analisar cada situação e fazer esse trabalho de casa.

Eu pessoalmente, acho que de haver poucos países, talvez países desenvolvidos, mas em África deve haver poucos países onde o cidadão comum tenha tanta informação sobre o petróleo como aqui em São Tomé e Príncipe. Porque foi o próprio Estado que fez isso, divulgou, criou seminário.

Mas, chama-se sempre o povo, mas o povo quer a solução dos problemas concretos.

Quanto à expectativa, acho muito bem, mas isso é muito pessoal.

Acho muito bem que isso arrefeça, para começarmos a trabalhar naquilo que temos já para fazer e não estar a pensar no barril de petróleo que vem na esquina para resolver o nosso problema.

Mas, isso é uma observação pessoal.

O Sr. **Presidente**: — Este é um país em que toda a gente sabe tudo. Quero vos contar uma coisa

Ouvi há dias um indivíduo, um popular, perante as muitas candidaturas que existem aí agora, ele dizia: — «*Sim senhor, inén sá obligado concorrer mé punda ami tem xcá mecê concorrê. Um sá de santomé, um tê maxi de 35 anos, quá fata mú sá teórica tan.*»

Risos.

Achei uma piada à questão da «teórica».

Então, sobre o petróleo há muitos teóricos. Quanto a isso, não sei se da parte dos nossos ilustres visitantes, alguém tem algo a dizer.

Tem a palavra o Sr. Director da Agência Nacional de Petróleo.

O Sr. **Director da Agência Nacional de Petróleo**: — Sr. Presidente, era só para dizer o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, obrigado por ter dito, mas eu pessoalmente não estou preocupado.

Durmo bem todos os dias, estou preocupado é com o mal que estão a fazer ao país. Como disse o Sr. Deputado, fizemos muita divulgação.

A Agência existe há seis anos, fizemos onze seminários *workshop*, três no Príncipe e oito em São Tomé. Seminários nacionais, em que explicamos todas as fases de pesquisa. As pessoas sabem e são as elas mesmas que sabem é que escrevem as notícias que tem como consequência, digamos, certas reacções. As pessoas que lêem reagem pela forma como a notícia é escrita.

Outra questão que foi levantada, é sobre essa comissão de fiscalização de petróleo. Vi nos jornais que disseram que «o leilão tinha que ser anulado, porque não há comissão».

Acho que isso é um falso problema. Tenho aqui a lei que cria a comissão de inspecção de petróleo.

Das duas, uma, ou as pessoas nunca leram essa lei e é muito mau quando se fala e escreve sem ter o conhecimento profundo da gestão do país ou têm outro objectivo.

Porque aqui no artigo 2.º diz que: «A instituição da lei é para assegurar a fiscalização permanente de todas as actividades, pagamentos, gestão e utilização das receitas de recursos petrolíferos».

Essa comissão de fiscalização foi feita na sequência da Lei-quadro das receitas petrolíferas que criou a comissão e também criou o GRIP.

Portanto, ela tem uma função fundamental de fazer a fiscalização daquilo da forma que os recursos vindos do petróleo vão ser gastos.

No artigo 10.º que é a «Competência e poderes da comissão», diz: «.... tem a competência para fiscalizar a regularidade da execução de todas as actividades relacionadas com a aplicação da Lei n.º 8/2004 de 30 de Dezembro, Lei-quadro das receitas petrolíferas».

Também no artigo 11.º, «Outras competências e poderes da comissão, diz que «A comissão tem de aprovar previamente os contratos petrolíferos sempre que não sejam através de concursos públicos, de acordo com os actos que regulam tais concursos».

Esse concurso é um concurso internacional, cumpriu todos os princípios. Se o Governo fez uma abjudicação directa a uma empresa, é possível, e está na nossa lei, há formas de se fazer a abjudicação directa.

Essa abjudicação directa, antes de se assinar o contrato, a comissão tem que vir fiscalizar. Mas, o que é que a comissão vem fiscalizar?

Vem fiscalizar se foram cumpridos todos os procedimentos, se foi um acto transparente ou não. Porque a comissão não tem capacidade para vir analisar cláusula por cláusula, tecnicamente, quantas sísmicas se vai fazer.

Essa associação dos economistas ou não conhece a lei ou tem má fé. Tenho cá a lei comigo. Trouxe-a de propósito porque achei que, eventualmente, a questão poderia ser levantada aqui.

O Dr. Celso Quaresma quer dizer alguma coisa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saber como é que uma classe toda fica envolvida e comprometida com decisões de duas pessoas.

O Sr. **Director da Agência Nacional de Petróleo**: — Sr. Presidente, eu trouxe o Dr. Celso, economista, ele quer dar a sua colaboração, para fechar.

O Sr. **Presidente**: — O senhor foi directamente envolvido agora. Tem que sair em sua defesa.

Tem a palavra o Sr. Celso Quaresma.

O Sr**. Economista da Agência Nacional de Petróleo** (Celso Quaresma): — Sr. Presidente, não vejo o trabalho de uma Associação de Economistas feita nesta situação, por isso não interessei em entrar, porque uma associação não pode estar só a ver coisas más e criticar.

Qual é o estudo que fizeram e qual é a contribuição que deram? O País precisa de muitas ideias económicas e eles não publicaram nada para ajudar o Governo ou o Estado a gerir o País. Isso deveria ser uma das funções dessa Associação.

Era só para falar que todo esse dossier do petróleo. Felizmente, em São Tomé tem-se uma preocupação, que é a racionalização económica de todo esse processo.

Das duas, uma, o que é que queremos? Ter dinheiro hoje e não ter amanhã?

Falo no quadro das intervenções, principalmente, do Sr. Deputado Rafael Branco e do Sr. Director, no caso de só uma empresa e somente 2 milhões.

Poderíamos ter 100 milhões hoje e depois amanhã não ter nada. A preocupação, como disse o Sr. Deputado, era explorar melhor a nossa área que é «virgem», como se diz, desconhecida, e no futuro teremos mais dinheiro, fruto da melhor exploração desta área. Do melhor conhecimento sísmico e de outros aspectos. E teremos mais dinheiro. Estamos a preocupar-nos com a sustentabilidade do País.

O petróleo é um motor de arranque.

O Sr. Deputado Rafael Branco disse que podia deixar até de falar disso. Estou um pouco de acordo, para as pessoas dedicarem-se mais a outras expectativas que poderemos ter dentro da economia. Há muita coisa que pode gerar riqueza.

O petróleo pode nos servir e temos que tomá-lo sempre como motor de arranque no sentido de que é uma fonte de financiamento para desenvolver os outros sectores da economia. Tanto é que houve essa preocupação, por parte do Estado são-tomense, em criar aquele fundo soberano, o fundo do petróleo, que na nossa lei diz só podemos tirar 20% para o OGE.

Por exemplo, o caso de Timor-Leste, estive a ver, eles têm uma lei dessa, que diz 3%, mas eles tiram muito mais do que isso.

A minha pergunta é: — Será que estão a ver o dinheiro de petróleo como motor de arranque, como estava na apresentação, ou estão a ver muito mais do que isso?

Se estiverem a ver muito mais, pode ser perigoso, porque corre-se o risco de abandonar sectores reais e produtivos da economia, para se estar só metido no petróleo e quando o petróleo acabar não há sustentabilidade económica, porque o País passou a depender do petróleo. O Gabão é um dos casos que podemos tomar como exemplo, que está com problemas porque o petróleo está a acabar e a economia não é sustentada com sector real, propriamente dito.

Era só nesse sentido, para as pessoas não estarem a complicar as coisas, infelizmente, como disse aqui, são pessoas que têm conhecimento na matéria, por serem economistas não deveriam comentar certas coisas. Só queria que essa questão ficasse mais clara. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Depois desta intervenção, os Srs. Deputados têm mais alguma questão? Não havendo, agradecemos a presença do Sr. Director da Agência Nacional de Petróleo e da Delegação que o acompanha, e dizer que vamos estando sempre em contacto, tal como se fez na última vez e logo que houver razões para isso, chamaremos os senhores. Gostamos da forma amigável como decorreu o encontro.

Depois iremos fazer a divulgação de tudo quanto foi dito aqui, através de um relatório que iremos produzir.

Obrigado pela vossa presença.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 25 minutos.